

**RELATÓRIO SÍNTESE DO VI ENCONTRO NACIONAL DO MOVA BRASIL**  
**FORTALEZA – CEARÁ.**  
**15 a 17 de junho de 2006**

**Realização**

**COORDENAÇÃO NACIONAL DO MOVA-BRASIL**  
**COORDENAÇÃO REGIONAL DA REGIÃO NORDESTE**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

**Apoios**

Universidade Federal do Ceará; Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade; Prefeitura Municipal de Fortaleza, Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, deputados federais: João Alfredo Teles Melo, líder do PSOL na Câmara Federal; José Pimentel, vice-líder do governo federal no Congresso Nacional; deputado estadual Artur Bruno – PT, presidente da comissão de educação da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará; vereador Guilherme de Figueiredo Sampaio – PT, presidente da comissão de educação da Câmara Municipal de Fortaleza.

**MOVA-BRASIL: INTERFACE COM POLÍTICAS PÚBLICAS DE EJA.**

Os quinhentos e cinquenta participantes do 6º Encontro Nacional do MOVA BRASIL, procedentes de onze estados (SP, RJ, RS, GO, PA, CE, RN, BA, SE, AL, PB) e DF, reunidos no período de 15 a 17 de junho de 2006, em Fortaleza/CE, no Sesc Iparana, apresentam as deliberações construídas ao longo dos três dias de encontro e aprovadas em plenária.

Após nove anos da V Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos (V CONFINTEA) ocorrida em Hamburgo-Alemanha em 1997, o Brasil ainda está devendo o cumprimento das metas acordadas neste encontro, tais como, diminuir o índice do analfabetismo no país para 10%; conquistar a equidade de gênero, raça e etnia; valorizar os saberes diferenciados; o uso social do letramento; o desenvolvimento cultural; o interesse pela educação continuada; promover na EJA o desenvolvimento sustentável e formar cidadãos verdadeiros no Brasil.

Durante esses anos o governo federal desenvolveu vários programas de educação de jovens e adultos: Alfabetização Solidária, Recomeço, depois, a partir de 2003 o Brasil Alfabetizado, o Fazendo Escola, o Pró-Jovem, o Pro-EJA, o Conexão de saberes, o Planfor e o Pronera. Essa multiplicidade de programas não consegue cumprir com os objetivos acima. Entretanto algumas conquistas podem ser apontadas, como o trabalho coletivo que está sendo feito entre os parceiros; participação dos representantes do MOVA nos fóruns de EJA e o fato do MEC estar apoiando financeiramente os encontros, ou seja, a tentativa de se construir políticas públicas coletivamente.

Em relação à contribuição da sociedade civil, desde 1996 os movimentos sociais vêm estimulando a criação de Fóruns de EJA com o objetivo de ampliar e refletir sobre o conceito de EJA, assim como contribuir para uma educação de qualidade para os jovens e adultos. A partir deste incentivo surgiram os ENEJAs que são encontros nacionais de educação de jovens e adultos organizados pelos fóruns de EJA. Estes encontros estão sendo realizados, anualmente, desde 1999. O primeiro ENEJA ocorreu em 1999, no Rio de Janeiro, onde repensaram o conselho de representação de EJA. O segundo ENEJA ocorreu em Campina Grande, 2000, onde houve discussões sobre as experiências, parcerias, políticas públicas e conceitos. No terceiro ENEJA em 2001, em São Paulo, discutiu-se sobre o mundo do trabalho e da cultura para a formação do currículo. O quarto encontro ocorreu em Minas Gerais (2002), no qual foram discutidos os avanços da V CONFITEA; a Década da Educação; Educação como mercadoria; Mudança de governo e as implicações para EJA; as conseqüências do “11 de setembro” e os índices alarmantes do analfabetismo no Brasil. O quinto foi em Cuiabá (2003), neste foi debatida a volta do MEC nas discussões das políticas públicas da EJA. O VI em Porto Alegre (2004) abordou a educação do campo e o financiamento da EJA. O VII ocorreu em Luziânia-Goiás e as discussões foram sobre as diversidades; o Fundeb e sobre economia solidária.

Entretanto desafios estão colocados: consolidar os sistemas de ensino e ao mesmo tempo tentar mudar a forma de trabalhar a EJA, pensar sobre o currículo, trabalhar com interdisciplinaridade, desenvolver metodologias diferentes, desenvolver uma política de leitura especificamente para quem está no processo de alfabetização, pensar a educação como processo escolar e não-escolar, os sindicatos e as associações não são espaços escolares, no entanto lá também acontece o aprendizado.

## **O Papel do MOVA-BRASIL**

O MOVA-BRASIL é composto por educadores, educandos e gestores dos vários programas de todo o Brasil, que trabalham com alfabetização de jovens e adultos e que se identificam com a educação popular e a pedagogia freireana.

O MOVA-BRASIL realiza encontros anuais com o objetivo de discutir temáticas relacionadas à alfabetização e propor políticas públicas para a superação do analfabetismo e a garantia da continuidade dos estudos para os educandos.

Desde a realização do 1º Encontro Nacional do MOVA em 2001, o MOVA vem se constituindo como um ator social e participando de várias articulações junto ao governo federal para mudar algumas políticas que vem sendo desenvolvidas pelo governo federal, como por exemplo, o programa Brasil Alfabetizado. Inicialmente, este programa foi pensado como campanha, com duração de alguns meses, sem preocupação com a continuidade, desrespeitando todo o trabalho desenvolvido pelos educadores populares durante décadas. Com as pressões dos educadores do MOVA-BRASIL, dos fóruns estaduais de EJA está-se gradativamente mudando alguns itens desse programa, mas é necessário mudá-lo ainda mais. Um outro ponto importante é a participação de um representante da MOVA-BRASIL na comissão nacional de alfabetização e educação de jovens e adultos-CNAEJA.

O VI Encontro teve como objetivos, no primeiro momento, realizar um diagnóstico das regiões e analisar a situação do trabalho desenvolvido durante um ano pelos educadores e pelos gestores; e no segundo momento, discutir algumas questões, como a relação entre o MOVA e a EJA. É possível desenvolver a educação popular na escola pública? A questão do financiamento para a EJA; a formação dos educadores; a orientação curricular que garanta as necessidades dos educandos da EJA.

## **BALANÇO DAS AÇÕES ALFABETIZADORAS NAS REGIÕES**

### **REGIÃO SUDESTE: UNIDADE NA DIVERSIDADE**

- Unidade nos seguintes aspectos:

Positivos: a educação popular (compromisso social, luta pelo direito à educação), a metodologia freireana, a busca da superação do analfabetismo, a preservação da diversidade cultural.

Dificuldades: ausência de uma política pública de financiamento para alfabetização e EJA; o programa fica na dependência de repasse de verbas públicas das administrações, de empresas, de sindicatos, etc; descontinuidade do programa.

Diversidade:

Parceria: a) Parceria entre poder público e sociedade civil: em alguns programas o poder público é mais atuante e em outros a sociedade civil tem maior participação; b) Ausência do poder público: composto por organizações não governamentais, sindicatos e empresas; c) Brasil Alfabetizado em parceria com o programa MOVA.

Financiamento: diferentes fontes de recursos; diferença na ajuda de custo dos educadores;

Formação: parceria com universidades particulares e públicas para a formação inicial (ensino superior); em determinados locais é realizada formação continuada mais frequente.

Papel da supervisão como fiscalização e não formação em determinados locais.

Fortalecimento do movimento popular/Participação popular: dificuldade de organização e de articulação da sociedade civil; grupos sociais que fazem parte do MOVA, mas não atuam politicamente; funcionamento dos fóruns com irregularidade.

### **PODER PÚBLICO E O MOVA**

A parceria entre o poder público e os grupos sociais acontece de duas maneiras: pela pressão dos grupos sociais e/ou pela iniciativa das administrações populares; existência de diferentes formas de convênio; quando o poder público assume o MOVA como política pública, isso possibilita melhor qualidade do trabalho educacional e, em alguns programas, também o fortalecimento dos grupos

sociais. Quando acontece o contrário, o programa só se mantém por pressão dos grupos sociais, ou, em algumas situações, isso não é possível e há descontinuidade dessa política pública.

Com relação à garantia da continuidade dos estudos dos educandos só pode ser concretizada quando o poder público assume a responsabilidade política da EJA.

Um outro elemento que aparece é a questão da autonomia dos grupos sociais em relação ao poder público. Em alguns lugares os grupos sociais conseguiram avanços em relação ao diálogo, garantindo assim a continuidade e ampliação do atendimento.

## **FORTALECIMENTO DO MOVIMENTO POPULAR/PARTICIPAÇÃO POPULAR**

Um dos objetivos do programa MOVA é o fortalecimento do movimento popular e ampliar a participação com o intuito de contribuir para a democratização do país; entretanto as entidades têm enfrentado grandes dificuldades em ocupar esses espaços e garantir a participação dos educadores, educandos e gestores. Existem alguns fóruns que realizam atividades com caráter formativo e de troca de experiências que tem contribuído para a organização da sociedade civil.

Um dos pontos positivos, e não previsto inicialmente do programa MOVA, foi a repercussão desse programa, ultrapassando as fronteiras estaduais, transformando-se em um movimento nacional, que procura integrar as diferentes realidades.

Os educadores têm procurado ocupar os espaços públicos com objetivo de fortalecer e ampliar o atendimento; trabalhar com as diferenças, incluir como temáticas em sala de aula as questões econômicas, sociais, políticas e culturais.

## **REGIÃO NORTE**

Em alguns municípios do Pará, a proposta do MOVA vem sendo complementada em uma perspectiva freireana que valoriza a visão de homens e mulheres como sujeitos que re-constroem sua história, assumindo-se como gestores de sua própria sobrevivência (organização e implementação de cooperativas) e lutando cotidianamente por uma sociedade mais justa, fraterna e solidária. Entretanto, nos demais municípios existem casos de MOVA como o de Belém, que foi gerado/consolidado no governo democrático-popular (1997-2004) e hoje se encontra no governo de direita, em mudança radical desde a troca do nome MOVA para BRALF, na qual houve a exclusão da proposta freireana, não apresentando/construindo nenhuma ação que revele a luta pela sobrevivência dos/as educandos/as. Como resultado da falta de compromisso em construir uma educação popular que valoriza o diálogo, os saberes dos alfabetizandos, encontramos uma forte resistência dos mesmos em permanecer no programa, tanto que, atualmente, temos uma evasão superior a 2 mil pessoas, havendo uma saída em massa do programa, tanto projetos de alfabetização como o MOVA AJURI, pois no BRALF, a prefeitura não assume a sua contrapartida no que se refere ao material pedagógico (educadores/educandos) e merenda.

Em outros municípios, o MOVA encontra-se em construção, pois os educadores apresentam dificuldades de incorporar a educação popular.

Muitos dos municípios ainda não organizaram o Fórum municipal do MOVA, outros estão em processo de debate com os educandos/educadores/representantes dos movimentos sociais, (como, por exemplo, no município de Acará), tendo como um dos seus objetivos a implantação de turmas nas localidades que ainda não foram contempladas pela EJA – MOVA.

Encontramos também a falta de diálogo entre MOVA – EJA, na qual as pessoas não percebem o MOVA como ação da EJA. Porém, em outros municípios, os educadores da EJA vêm participando da formação continuada com os educadores do MOVA, com o intuito de se apropriar e implementar no seu currículo a proposta via tema gerador nas escolas (como acontece em São Sebastião da Boa Vista; Acará, Salvaterra e outros). Tem casos que esta parceria acontece somente no momento em que a EJA acolhe os educandos do MOVA no ingresso ao ensino formal.

Há também todo um envolvimento / participação dos educadores – educandos na Casa Família Rural, na qual se trabalha a Pedagogia da alternância, mobilizando-se com as rádios comunitárias e ensaio para a organização de cooperativas.

Existem os educandos quilombolas (município de Salvaterra) que vem participando de cursos de Avicultura, Horticultura e Plantas Ornamentais, lutando diariamente para o resgate da sua cultura e da valorização de sua língua materna, havendo inclusive, alfabetização bilíngüe.

Na consolidação e fortalecimento dos princípios freireanos nos municípios do Pará, encontramos os/as educadores/as - educandos/as - representantes de movimentos sociais-coordenações

do MOVA, construindo cotidianamente a educação popular que valoriza esses saberes de homens e mulheres que lêem e escrevem sua história.

### QUADRO-SÍNTESE DA REGIÃO NORTE EM 2006

PROPOSTAS	AVANÇOS	PARCERIAS	DIFICULDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento da verba destinada à formação continuada;</li> <li>- Elevação da escolaridade em nível fundamental, médio e superior dos educadores;</li> <li>- Aumento da bolsa do alfabetizador para um salário mínimo;</li> <li>- Garantia do primeiro segmento para as áreas não atendidas pela EJA;</li> <li>- Repasse de verbas para o assessoramento/acompanhamento;</li> <li>- Pagamento de bolsas para o assessor;</li> <li>- Ampliar o tempo de duração para 11 meses (8 meses; 1 mês de pesquisa; 1 para formação inicial e 1 mês para organização do relatório).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- diálogo da EJA com MOVA em alguns municípios;</li> <li>- fórum municipal do MOVA;</li> <li>- implantação de cooperativas;</li> <li>- implantação de turmas de EJA;</li> <li>- articulação com a cultura popular;</li> <li>- garantia da proposta freiriana na EJA-MOVA;</li> <li>- compromisso dos educadores;</li> <li>- chegada do MOVA nas localidades que nunca foram atendidas por programas de alfabetização de jovens e adultos;</li> <li>- reuniões mensais do Fórum estadual com presença de 52 municípios.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- MEC; Petrobrás; Projetos do Governo Federal (PETI, Bolsa família, CRAS, BIFE, Presença Viva, Casa Família Rural, Fome Zero), Banco do Brasil, BASA, Prefeituras – Secretaria de Cultura. Meio Ambiente, Educação e Ação Social, rádios comunitárias, Centros comunitários, igrejas, associações, movimentos sociais e outros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- transporte para a realização do assessoramento;</li> <li>- falta de material didático, merenda;</li> <li>- recursos para a formação continuada;</li> <li>- articulação EJA-MOVA;</li> <li>- fomentar a organização/implementação de ações que visem a sustentabilidade da comunidade;</li> <li>- resistência dos educandos na migração para EJA.</li> </ul>

### REGIÃO NORDESTE

#### RETROCESSOS

Clientelismo, duração dos projetos: tempo insuficiente para alfabetizar, falta de acompanhamento pedagógico, pouca clareza nos papéis dos parceiros, baixa remuneração, falsas estatísticas, falta de vínculo empregatício (direitos trabalhistas), falta de financiamento específico, concorrência do público

alvo (vários projetos atendendo a mesma região), fechamento de turma com menos de 25 educandos, falta de financiamento (lanche e infra-estrutura), contrato de trabalho por tempo determinado, evasão e baixa frequência, falta de garantia da continuidade, pouco acesso à bibliografia especializada em EJA, divulgação insuficiente das ações e resultados.

## **PERSPECTIVAS**

Iniciar o projeto BB educar, ampliação do tempo de alfabetização, parceiros cumprindo seu papel, maior investimento financeiro em EJA, formação continuada e acompanhamento pedagógico, transformar MOVA em políticas públicas, revisão do tipo de contrato de trabalho dos educadores, democratização das informações e bibliografia especializada em EJA, iniciar as aulas do MOVA–Brasil.

## **AVANÇOS**

Metodologia freireana com exceção do AJA Bahia e Educar no Campo, produção de material pedagógico a partir da produção dos educandos e educadores, ampliação do atendimento para a continuidade (Pé na estrada), visitas pedagógicas mensais, formação continuada, direitos trabalhistas garantidos (MOVA–Brasil), acompanhamento pedagógico semanal, respeito à cultura local, ações políticas – desdobramentos, aumento de tempo de processos de alfabetização, surgimento de auditoria no projeto.

## **REGIÃO CENTRO-OESTE**

A Região Centro-Oeste esteve representada no VI Encontro Nacional do MOVA-BRASIL pelo estado de Goiás e o Distrito Federal. Para a construção do documento da região pautamos no relatório produzido em cada unidade federada nos seus respectivos fóruns: Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos e Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal (GTPA)/Fórum de Educação Básica de Jovens e Adultos do Distrito Federal.

Um fato relevante que evidencia resultados positivos da trajetória desses Fóruns é a busca de diálogo e o estreitamento das relações com diversas entidades que fazem educação popular, universidades/faculdades, ONG's, secretarias de educação, movimentos populares e sindicatos, favorecendo maior diversidade de representações da sociedade civil e articulação MOVA-BRASIL e EJA.

Compreendemos que a *EJA deve ser vista como UMA POLÍTICA DE ESTADO que garanta a ALFABETIZAÇÃO E CONTINUIDADE ENQUANTO DIREITO*. Trata-se do grande papel do poder público a quem compete ser articulador, indutor e implementador de políticas públicas, cabendo ao Ministério da Educação coordenar a política nacional de Educação de Jovens e Adultos, por meio de parceria entre as três esferas de poder, bem como com a sociedade civil, para garantir o direito à Educação Básica em qualquer idade, respeitando a autonomia que o pacto federativo concede às instâncias municipal e estadual de governo, mas sendo de responsabilidade do poder público assumir o recenseamento, a chamada e a oferta de educação pública, gratuita e de qualidade, a todos os jovens e adultos brasileiros.

A Região Centro-Oeste reafirma a defesa de que todos os brasileiros jovens e adultos têm direito constitucional ao nível do ensino fundamental público e gratuito e que tenham a garantia da continuidade em nível da educação básica e superior, pública e gratuita, e à educação ao longo da vida.

O Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal e Entorno - GTPA/DF fortalecido com a organização dos dois eventos nacionais, em 2005, a Coordenação do GTPA-FórumEJA/DF realizou as seguintes atividades: 11/10 - audiência com a Secretária de Estado da Educação do GDF para agradecimento do apoio aos eventos, entrega dos Relatórios-sínteses, Carta compromisso e Manifesto, resultando em atender à solicitação de representante permanente oficial na coordenação do GTPA-FórumEJA/DF com vistas à elaboração do Plano de Ação EJA 2006; 18/10 - audiência em reunião ordinária do Conselho de Educação da SEE/DF para entrega dos Relatórios-sínteses, Carta compromisso e Manifesto e solicitação de representante permanente oficial na coordenação do GTPA-FórumEJA/DF com vistas à elaboração do Plano de Ação EJA 2006; 24/10- audiência com a Presidente da Comissão de Educação e Saúde – Deputada Distrital Arlete Sampaio-PT para agradecimento, entrega dos Relatórios-sínteses, Carta compromisso e Manifesto e denúncia da situação da EJA/DF, em particular a situação do CESAS, resultando em pautar uma audiência pública;

25/11 - participação na audiência pública da Comissão de Educação e Saúde sobre o diagnóstico da EJA/DF e a necessidade de cumprimento legal e de formulação de um Plano de ação EJA 2006.

Dando continuidade aos compromissos assumidos, em 2005: 15/10 - realizou-se o Encontro de avaliação do VII ENEJA e contribuição para a elaboração final do Manifesto – Chamada Nacional à Ação, no auditório do SINDSEP; 05/11 - participação no I Encontro de Professores de EJA promovido pelo SINPRO/DF, no auditório do CNTE, fortalecendo o propósito de unidade pela EJA no DF; 19/11 - Encontro preparatório do Plano de Ação 2006, da audiência pública da Comissão de Educação e Saúde da CLDF, apresentação do novo Portal Fóruns EJA BRASIL e DF lançado no VII ENEJA [www.forumeja.unb.br/df](http://www.forumeja.unb.br/df) e deliberações: nova composição da Coordenação do GTPA-FórumEJA/DF, data do próximo XIV Encontro – 25/03/06 e indicação dos representantes da coordenação para reunião dos representantes dos Fóruns EJA com o MEC/SECAD, em 21 e 22/11, em Brasília; novembro e dezembro - com aprovação do Projeto CEPAFRE pelo Programa “Brasil Alfabetizado” procedeu-se a formação de turmas e encontros de formação de alfabetizadores populares; dezembro – participação na mobilização coordenada pela “Campanha Nacional pelo Direito à Educação” na Câmara Federal – Comissão Especial e Plenária pela votação da PEC-FUNDEB.

Importante é destacar, a contribuição pioneira do SINPRO/DF ao divulgar no seu Informativo “Quadro Negro” Ano XXIV, Nº. 143, outubro/2005 – Encarte com os Relatórios-sínteses do 5º Encontro Nacional do MOVA-BRASIL e do VII ENEJA com o Manifesto-Chamada Nacional à Ação na redação original e no Nº144, Dez/05 e Jan./06 – Encarte com Relatório-síntese do XIII Encontro Pró-Alfabetização e EJA do DF, realizado em 09/07/05, preparatório ao VII ENEJA e a Carta compromisso ao Presidente da República, ao Ministro da Educação e aos Presidentes das Comissões de Educação do Senado e da Câmara de Deputados Federais entregue no 5º Encontro Nacional do MOVA-BRASIL, ambos os eventos realizados em Brasília.

No XIV ENCONTRO-2006 (7 e 8/abril), tema: Situação e Perspectivas da EJA no Brasil e no DF, no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria - CNTI (alugado pelo SINPRO/DF), com cerca de 350 participantes e lançamento do primeiro número do Jornal do GTPA-FórumEJA/DF com informações veiculadas no Portal Fóruns EJA Brasil e DF financiado pelo SINPRO/DF, realizou-se a abertura no dia 7/abril às 19h com a presença dos membros da Coordenação do GTPA-Fórum EJA/DF, do representante da SECAD/MEC Prof. Timothy Denis Ireland - Diretor da DEJA, da Presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa Distrital - Dep. Érica Kokay - PT, do representante da Presidenta da Comissão de Educação e Saúde da Câmara Legislativa – assessor Prof. José Edmar de Queiroz, do representante da SEE/GDF - Prof. Alcides Corrêa – Diretor da DEJA, Diretor do SINPRO/DF Nelson Moreira Sobrinho, da Diretora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília - Profa. Inês Maria de Almeida e da conferencista convidada Profa. Jane Paiva da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ e Fórum EJA/RJ que, em seguida aos pronunciamentos dos participantes da mesa de compromisso pela mudança na EJA, expôs sobre o tema: A configuração da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil –garantir o direito da educação a todos, debatendo com os participantes. No dia 8/abril realizou-se pela manhã a Plenária do movimento popular com grupos por cidades e à tarde com a participação de professores de EJA da rede pública houve a exposição sobre o EJA e FUNDEB da representante da SECAD/MEC - Fernanda Frade, relato sobre a Reunião Técnica com a SECAD/MEC de 21-22/março, comunicação da posição contrária dos Fóruns estaduais e regionais à realização do ENCCEJA, diagnóstico e proposições dos grupos por cidades e Plenária final com as seguintes deliberações: eleição dos membros da Coordenação do GTPA-Fórum EJA/DF, Propostas de ação na EJA em cada cidade com base nos diagnósticos realizados, Moção ao Senador Presidente da CCJ e Relator pela aprovação da PEC/FUNDEB, Moção ao Ministro da Educação sobre o ENCCEJA reiterando o pedido de audiência dos representantes dos Fóruns Estaduais de EJA, Proposta de realização de Encontros de EJA com mais participação dos estudantes, em cada cidade.

Em 03/maio, como representantes da coordenação do GTPA-Fórum EJA/DF Nelson Moreira Sobrinho - SINPRO/DF, Francijairo Ananias da Silva - CEPACS e Maria Luiza Pereira Angelim - FE/UnB participaram juntamente com os representantes dos Fóruns estaduais do ES (membro da CNAEJA), RJ e SP da audiência com o Ministro da Educação – Fernando Haddad, presentes Secretário Ricardo Henriques - SECAD e Presidente Reynaldo Fernandes do INEP sobre o posicionamento contrário ao ENCCEJA e propositivo ao fortalecimento do sistema da EJA e à qualificação dos exames pelos Estados e municípios.

De 22 a 25/maio, como representante do GTPA-FórumEJA/DF, Leila Maria de Jesus - CEDEP participou do Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos promovido por

instituições de ensino superior de Minas Gerais -UFMG, UFV,UFOP,UFJF,UFSJ,UEMG com apoio do MEC/SECAD e UNESCO, evento realizado em cumprimento à reivindicação do segmento universidade - 40 representantes de instituições de ensino superior presentes no VII ENEJA.

## **MOVIMENTO DE ALFABETIZAÇÃO EM GOIÁS E O FÓRUM GOIANO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

O AJA-Expansão buscou na estrutura e princípios dos Círculos de Cultura sua forma de organização, enriquecendo com as vivências da organização institucional do Projeto AJA de Goiânia. Atualmente o MOVA goiano tem enfrentado dificuldades, devido à mudança de gestão, mas continua sendo desenvolvido.

O V Encontro Estadual do Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos, com o tema “EJA – UMA POLÍTICA DE ESTADO: ALFABETIZAÇÃO E CONTINUIDADE ENQUANTO DIREITO”, realizado em 2006, nos permitiu repensar a identidade, objetivos, concepções, e forma de atuação do Fórum para que este continue a marcar o lugar político a que se propõe. O Fórum não é um espaço de formação restrito, como o de congressos, seminários e conferências. Concretiza uma rede de sujeitos e instituições interessados na área (educandos, educadores, entidades governamentais e não-governamentais, movimentos sociais, entre outros), composta por uma rica diversidade, que se articula para ampliar o campo da EJA e efetivar o direito à educação.

Também foram discutidas as temáticas: papel político dos segmentos organizados; formação inicial e continuada de educadores de jovens e adultos – princípios, experiências, avanços e desafios; financiamento da EJA – FUNDEB; os Programas de alfabetização e continuidade em EJA – o que existe e perspectivas; o papel do Estado, movimentos sociais e entidades da sociedade civil organizada – gestão e parcerias na alfabetização e continuidade da EJA, ultimando com as dificuldades, desafios, proposições, deliberações e encaminhamentos tanto gerais como para a ação de Estado (SMEs, SEE, MEC/União), universidades, movimentos sociais e para o Fórum.

Observa-se que no Estado de Goiás houve um aumento significativo do atendimento à demanda da EJA, em especial no âmbito da alfabetização, através de Programas como Vaga-Lume, AJA-Expansão, Escola da Vida, entre outros, empreendidos em parceria com o governo federal, por meio do Programa Brasil Alfabetizado. Mas este atendimento ainda não conseguiu atingir toda a demanda. Nesses últimos dois anos com a complementação recebida do governo federal através do Programa Fazendo Escola, a continuidade da escolarização tem acontecido em alguns municípios, sendo a maioria deles em parceria com a Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEE). Uma das exceções é a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, que atende a alfabetização e a EJA na perspectiva da Educação Popular Libertadora, desde 1993. Contudo, o Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos tem consciência do quanto este atendimento é precário e quanto ainda há por ser feito no campo da EJA.

## **DIFICULDADES E DESAFIOS**

- Uma política pública para a EJA, para uma profissionalização adequada do professor.
- Formação dos educadores (ensino médio e superior);
- A formação continuada específica do professor que atua com alunos no sistema prisional e/ou pessoas com necessidades educacionais especiais;
- Os professores não terem formação para trabalhar com a heterogeneidade das turmas;
- Dificuldade em conseguir recursos didáticos para assegurar um ensino de qualidade e inserção da modalidade de EJA nos cursos de graduação;
- A formação universitária deveria estar voltada para atender as necessidades da formação do educador popular;
- Falta de recursos financeiros para a formação continuada;
- Há a necessidade dos educadores possuírem conhecimento da concepção freireana;
- Insuficiência de referências teóricas da metodologia freireana;
- Falta de aprofundamento sobre educação de jovens e adultos, educação popular, movimentos sociais e organização não-governamental;
- Maior clareza junto a todos os educadores sobre o que é realmente o papel do MOVA BRASIL como movimento social libertador;
- Necessidade de uma compreensão da dimensão política da ação docente do educador popular ligado ao MOVA BRASIL;

- Descontinuidade dos programas – mudança de governos;
- Demora na liberação dos recursos financeiros para início dos Programas Mova's
- A instabilidade dos educadores resulta na desmotivação/fragiliza o trabalho – após um período os educadores são substituídos, gerando um ciclo que está sempre recomeçando;
- O voluntariado e a rotatividade de educadores e educandos comprometem sobremaneira a consolidação da alfabetização;
- Valorização dos educadores, melhorando a sua remuneração;
- Falta de estrutura física para o desenvolvimento das ações;
- O tempo de 8, 9 ou 10 meses é insuficiente para garantir o processo de alfabetização;
- A falta de garantia que os egressos do MOVA continuem sua ação educativa na Rede Escolar, fundamentada em uma perspectiva de educação popular libertadora;
- A necessidade de transparência das verbas que vem para as SMEs, SEEs e movimentos populares;
- Problemas oftalmológicos, cansaço, fome e o calendário de trabalho;
- Viabilizar lanche – jantar – para todos os alunos da EJA;
- Garantir o atendimento oftalmológico – teste de acuidade visual, óculos, etc. – no início das aulas;
- Garantir que as atividades culturais como capoeira, dança, dentre outras, ocorram na EJA;
- Questão da assiduidade e permanência dos alunos;
- Fatores externos e a maneira como a escola funciona influenciam na expulsão do aluno;
- Necessidade de rompermos com culturas que dificultam o acesso e permanência dos alunos, com a manutenção da qualidade;
- Insegurança do aluno em prosseguir os seus estudos no ensino fundamental e médio;
- Integração MOVA-EJA;
- A integração do MOVA com a EJA necessita garantir: o respeito aos saberes e necessidades dos educandos e a ampliação das vagas no segundo segmento do ensino fundamental e médio;
- Oferecer cursos de EJA em outros turnos além do noturno;
- Integrar EJA e o mundo do trabalho;
- Conhecimento e implementação de uma concepção de EJA que supere a suplência e exames, conforme prevista no Parecer de Jamil Cury;
- Unir programas municipais, estaduais e federais;
- As administrações públicas devem garantir o acesso a todos, realizando ações, tais como, divulgação na mídia, divulgação dos endereços das salas de aula existentes dos MOVAs;
- Falta da definição de um instrumento de avaliação institucional dos Programas Mova's, construído internamente;
- Envolvimento no sindicato, desenvolver consciência de classe; os professores se unirem;
- Organização e funcionamento dos fóruns;
- As dificuldades/limites se repetem ao longo dos Encontros da Rede Mova: finanças, formação, continuidade, rotatividade de alunos e educadores e assessoramento.

## **PROPOSTAS**

- Realizar parcerias para atender as necessidades da EJA e MOVA: alimentação, oftalmologia, programas culturais, formação inicial e continuada dos educadores e educandos, assessorias das universidades às SMEs, SEEs, estágios na escolas de EJA, cursos de profissionalização (informática, artesanato, etc.), entre outras;
- Garantir a integração das políticas públicas de transporte, segurança, alimentação, saúde (acuidade visual e saúde bucal), cultura e comunicação (telecentros/internet/multimídia) no atendimento da alfabetização e continuidade da escolaridade na EJA;
- Oferecer formação universitária para o educador alfabetizador, recuperando a sua valorização diante de outros educadores do ensino fundamental e da EJA;
- Garantir a elevação da escolaridade dos educadores populares através de parcerias/PROUNI/convênios entre o poder público/movimento social e escolas públicas em nível fundamental, médio e superior (em universidades), de forma gratuita para o educador, buscando a formação inicial em nível de graduação dos educadores populares através de parcerias com universidades, considerando sua prática profissional e um currículo fundamental na concepção da Educação Popular;



- Lutar pela ampliação de bolsas de estudo para os educadores populares junto às políticas públicas do governo federal;
- Ampliação de mecanismos para ingresso de educadores populares em instituições públicas ou particulares;
- Abertura das Universidades públicas para cursos de Educação Popular;
- Importância das universidades públicas abrirem cursos de formação pedagógica (complementação) para profissionais da EJA que não são licenciados e estão em sala de aula, para que obtenham qualificação na área;
- Lutar junto às universidades públicas pela construção de um currículo dos cursos de formação de professores, para oferecer elementos teórico-metodológicos coerentes com os novos desafios do educador de EJA, no dia a dia da sala de aula;
- Exigir, com ações organizadas, que os cursos de licenciatura em Pedagogia cumpram a Resolução do Conselho Nacional de Educação – CNE – das diretrizes curriculares nacionais já aprovadas pelo MEC, particularmente sobre EJA e ambientes não-escolares, leia-se movimentos sociais populares e sindicais;
- A formação continuada, o acompanhamento e o assessoramento são importantes para a construção da prática do educador;
- Empreender assessorias e extensão (cursos, projetos, ações) às SMEs/SEEs e Movimentos Sociais que atuam em EJA, visando a melhoria da qualidade de educação oferecida aos jovens e adultos;
- Traçar o perfil e levantar as expectativas dos educadores para a construção do programa de formação continuada para educadores;
- Na formação inicial ter o cuidado de relacionar a teoria com a prática;
- Formação continuada na perspectiva libertadora, crítica e reflexiva, devendo, portanto partir da realidade dos educandos e educadores, através do diálogo, respeitando a diversidade;
- Incluir na formação dos educadores: artes, expressão corporal, vivências, esportes, tendo em vista suas potencialidades para levantar auto-estima e prover a inclusão; contação de histórias e resgates aos antepassados, levantando suas histórias de vida;
- Proporcionar formação de educação inclusiva para que o educador possa construir uma prática pedagógica consciente e efetiva;
- Capacitação para educadores trabalharem com pessoas com necessidades educacionais especiais;
- Cursos e palestras sobre questões raciais, gêneros;
- Incluir no currículo de formação de educadores, disciplinas relacionadas à Economia Solidária e Inclusão digital;
- Colocar nos cursos de formação continuada disciplinas relacionadas com Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento da Terceira idade;
- Oferecer cursos na formação continuada que sensibilizem educadores para dialogar com as diferentes realidades em sua comunidade, em sua sala de aula;
- Formação do educador popular pautado na pedagogia freiriana;
- Cuidar para que não haja distorções na aplicação da concepção;
- Preparar os profissionais da EJA, através de cursos, palestras, oficinas etc., para receber e trabalhar com o/a aluno/a do MOVA na EJA;
- Consolidar a alfabetização para que os educandos não retornem ao estágio inicial de aprendizagem;
- Construção de práticas de letramento na escola, na comunidade, no bairro, que garantam a consolidação da alfabetização (do contrário só foram incentivados);
- Educar na perspectiva libertadora;
- Voltar-se para a formação social, humana;
- O trabalho do educador em sala de aula deve se desenvolver na perspectiva freiriana, partindo da pesquisa sócio-antropológica;
- O currículo deve dar conta de toda a problemática dos educandos, partindo da discussão da sua realidade;
- Para manter o aluno estudando, é fundamental conhecermos nossos alunos, estimular a auto-estima, não ter pressa com o conteúdo, garantindo que a aprendizagem ocorra efetivamente;
- Oportunizar instrumento de diagnóstico para construção da proposta curricular;
- O professor tem que ser mediador do processo ensino-aprendizagem;
- Ter ousadia pedagógica para atender realidades diferentes;

- Empregar metodologias diferenciadas para atender às especificidades (negros, índios, mulheres, homoafetivos e com necessidades educacionais especiais), garantindo saberes e necessidades dos grupos especiais;
- Reformulação curricular para tornar as aulas interessantes;
- Os conteúdos devem ser trabalhados com criticidade, de forma interdisciplinar, trabalhar com temas geradores (saúde, desemprego, moradia, etc.);
- Trabalhar a valorização da saúde alternativa, da economia solidária e da agro-ecologia;
- Deve haver inserção das ações da economia solidária no currículo;
- Pensar o currículo para o educando requer pensar um currículo para o educador, que precisa estar preparado para desenvolver o trabalho com o educando em forma de troca de conhecimentos;
- Estabelecer pontes entre alfabetização e formação profissional;
- Aprofundar a discussão sobre práticas avaliativas de aprendizagem nos Mova's, clareando conceitos e instrumentos de avaliação;
- Garantir adequação dos espaços físicos, equipamentos às pessoas com necessidades educacionais especiais;
- Dotar Sistemas Públicos de Ensino de equipes multiprofissionais de atendimento e acompanhamento psicopedagógico;
- Os movimentos populares de educação fazerem interfaces com outras ações formativas, exemplo Casa da Cerâmica, agricultura familiar, corte costura, reciclagem, hortaliças;
- Fomentar (Investir) na organização dos alunos (cooperativas, associações, etc.);
- Integrar a escola à comunidade; diálogo com a comunidade;
- Refletir sobre a forma como a escola pública está organizada;
- Adequarmos o horário/dias de aulas nas redes de educação à realidade dos alunos;
- Fundamentar uma concepção de Rede na EJA que contemple todas as modalidades de ensino;
- Que a proposta seja desenvolvida tendo em vista a necessidade do aluno permanecer na sua comunidade (zona rural);
- Recursos e materiais didáticos direcionados para a EJA;
- Proporcionar aos educadores e educandos acesso às novas tecnologias da informação e comunicação;
- Firmar parcerias para garantir a inclusão digital, com Prefeitura e Universidades;
- Criação e implantação de bibliotecas pro-magistério para todas as localidades, onde funcionem salas de EJA;
- Realização de exposições públicas;
- Sistema de EJA público com proposta político-pedagógica libertadora no município e secundariamente no governo estadual;
- Que o MOVA e a EJA sejam reconhecidos como direito público e assumidos como política pelas três esferas de governo, evitando, assim, sua descontinuidade;
- Que a União, Estado e Município cumpram o seu papel, elaborando, executando e avaliando políticas públicas, com continuidade e parceria com os Movimentos Sociais, Universidades, Fóruns, MOVAs e sociedade civil, garantindo-se o processo de alfabetização e continuidade na EJA;
- Garantir que o repasse da ajuda de custo das/os educadoras/es populares seja mensal e no decorrer daquela etapa do Programa;
- Garantia de ações referentes à instabilidade dos educadores que trabalham com compromisso na perspectiva freiriana.
- O professor da modalidade de EJA dos sistemas públicos de ensino tenha dedicação exclusiva. Com carga horária máxima de 35 h semanais. Nesta carga, pelo menos 16hs dedicadas ao planejamento das aulas (concepção de material, pesquisa, formação). Para tanto, há necessidade de concurso público específico para essa modalidade de ensino;
- Garantir a continuidade da escolarização dos alunos dos MOVAs na EJA;
- Que os municípios, em parceria com a União assumam desde o Censo, a elaboração do projeto para atender aos alunos na alfabetização e continuidade na EJA (inclusive os que vêm de outros Programas e Projetos), sua execução e avaliação;
- Trabalhar para que seja mudada a pesquisa e a publicação do censo elaborado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa), a fim de garantir que os alfabetizados até julho possam ser registrados no Censo Escolar;
- Cobrar por meio do poder judiciário a responsabilidade do poder executivo quanto ao atendimento da demanda;

- Garantir que o financiamento da EJA, bem como a aplicação dos recursos seja de responsabilidade do poder público, nas três esferas, com controle e acompanhamento social dos mesmos pela sociedade civil;
- Garantia, dentro do FUNDEB, de recursos específicos para a EJA, com o mesmo percentual/aluno das demais modalidades;
- Realizar uma mobilização nacional para garantir a paridade do custo-aluno-qualidade da EJA na Educação Básica;
- Propor para a SECAD uma discussão nacional sobre a orientação curricular;
- Poder público (municipal, estadual e federal) garantir financiamento para elaboração, aquisição e/ou reprodução de material didático pedagógico para educadores e educandos dos MOVAs/EJA, considerando a realidade local, as necessidades dos sujeitos jovens e adultos, bem como observando as peculiaridades das pessoas com necessidades educacionais especiais;
- A União, juntamente com os fóruns de EJA e UNDIME, realizar cursos/seminários para orientar os municípios para elaboração de seus projetos/programas de EJA;
- Compreender que todos os movimentos sociais devem estar articulados na perspectiva da formação crítica, evitando a concorrência entre os mesmos;
- Capacitação de um grupo de pessoas da própria comunidade para a continuidade do projeto, buscando parcerias com o poder público;
- Firmar parcerias que garantam a continuidade financeira dos Programas Mova's;
- As parcerias a serem firmadas não podem comprometer a autonomia do Projeto, em todas as perspectivas, a exemplo do referencial pedagógico freireano;
- Ficarmos atentos às parcerias com o Estado, para não ficarmos reféns dos seus ditames;
- Que os profissionais da EJA possibilitem ao aluno entender que as empresas não atuam nas parcerias gratuitamente, que o que gastam é descontado no imposto de renda, que elas ganham benefícios com estas parcerias e/ou contagem de pontos na avaliação "ISO" da empresa, na medida em que cumprem com o compromisso de responsabilidade social ou outros;
- Garantir financiamento para a EJA em todos os níveis, com um custo/aluno EJA igual ao das demais modalidades;
- Proporcionar condições para discussão sobre financiamento da EJA através do Encontro Temático nos Fóruns de MOVA/EJA e posteriormente ampliar a discussão nos municípios;
- Buscar parcerias com a UNCME, CMEs, sindicatos, secretarias municipais e estaduais, comissões de educação da Assembléia e Câmara para assegurar o debate sobre o financiamento;
- Fiscalização mais rigorosa das verbas públicas pelos movimentos;
- Firmar parcerias com o Ministério da Educação para acompanhar o cumprimento das Resoluções de Educação de Jovens e Adultos, bem como acionar o Poder Judiciário para garantir o cumprimento das Resoluções;
- Os educadores populares ocuparem os espaços dos conselhos de educação (municipal, estadual e federal) visando contribuir na definição de políticas públicas com características de educação popular;
- Que a EJA e o MOVA sejam parceiros e não adversários;
- A participação efetiva dos Mova's na definição das políticas da EJA, diminuindo os embates entre educação popular x educação de adultos;
- É fundamental os municípios terem seus projetos próprios e regulamentarem suas EJAs, bem como terem o seu Conselho Municipal de Educação para possibilitar uma maior flexibilização e autonomia do trabalho pedagógico;
- Discutir de forma sistematizada sobre os índices de evasão e as causas dos mesmos;
- Realizar estudo de rede que considere não só o dado quantitativo, mas a realidade do aluno da EJA.
- Garantir na avaliação a continuidade dos projetos de alfabetização e da escolarização dos/as educandos/as na perspectiva da educação popular libertadora;
- Luta política pela EJA nos Fóruns Estaduais de EJA e nos sindicatos de trabalhadores da educação, organização dos estudantes dos MOVAs, no poder judiciário, Ministério Público, nas Câmaras Legislativas, nas Políticas Públicas de transporte, segurança;
- Parcerias com sindicatos;
- Manter representantes do MOVA-BRASIL na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos da SECAD/MEC (CNAEJA);
- Observar o que foi proposto no encontro anterior (LUZIÂNIA-GO), atentando para o que foi conseguido e o que não foi;

- Lutar pela concretização das questões pontuais, aprovadas no V Encontro Nacional do MOVA em Luziânia-Goiás;
- Estabelecer comunicação entre os MOVAs nos intervalos dos encontros;
- Pensar formas de fortalecer os fóruns;
- Formular políticas públicas estruturantes;
- Pressionar o poder legislativo para que legislem a favor do movimento;
- Trabalhar numa perspectiva do exercício da cidadania como sujeitos históricos;
- Contribuir para uma sociedade justa e democrática;
- Eleger governos democráticos populares;
- Que nos eventos do MOVA seja garantida a acessibilidade a todos, através da disponibilização de documentos e/ou recursos na língua dos povos indígenas, braille e tipos ampliados, além de intérpretes de libras, desde que seja constatada a participação de pessoas com estas necessidades;
- Que o MEC financie a publicação através do MOVA, de uma coletânea desse material como forma de valorizar e divulgar essas manifestações.
- Que no VII Encontro do MOVA BRASIL a sua organização pense espaços de troca de experiências e seja uma das mesas temáticas. Tendo como objetivo uma reflexão aprofundada que produza propostas que possibilitem:
  - a) articulação com os Fóruns regionais e nacionais da Economia Solidária;
  - b) Articulação com as experiências locais;
  - c) Articulação entre as experiências do MOVA BRASIL em âmbito nacional.
 Que os grupos locais de MOVA busquem desenvolver, desde já, este debate nos seus locais de atividades.
- Propor ao MEC/SECAD que envie o Almanaque ALUÁ, o almanaque do Alfabetizador, a Coleção do Alfabetizador 3 volumes para todos os educadores populares participantes deste VI Encontro Nacional do MOVA BRASIL;
- Manifestar ao MEC/SECAD o interesse do MOVA BRASIL em participar do Seminário Ibero-Americano da organização dos Estados Ibero-Americanos – OEI, em Recife, em 30 de agosto de 2006, para expor a experiência do MOVA BRASIL.
- Participantes do VI Encontro Nacional do MOVA BRASIL, em Fortaleza, de 15 a 17 de junho de 2006, como homenagem póstuma a Paulo Freire, que tão generosamente dedicou sua vida à libertação do oprimido que também liberta o opressor, solicitam a quem de direito a autorização para tornar de domínio público o livro PEDAGOGIA DO OPRIMIDO para acesso amplo, geral e irrestrito a todos que, no Brasil e no mundo realizam e sonham com a educação libertadora.

### **Moção pela Permanência e Equivalência da EJA no FUNDEB**

Nós, educadores populares de todas as regiões brasileiras participantes do VI Encontro Nacional do MOVA BRASIL, realizado de 15 a 17 de junho de 2006, em Fortaleza – Ceará, com significativo apoio (discriminar) a tomar conhecimento do estado atual de tramitação da PEC que cria o FUNDEB deliberamos, em nossa plenária final, pelo envio desta Moção à Sua Excelência o Senhor Senador Renan Calheiros – Presidente do Senado Federal, **reiterando a PERMANÊNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA – NO FUNDEB NAS MESMAS CONDIÇÕES DE OUTRAS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO BÁSICA, em cumprimento aos preceitos constitucionais e princípios éticos do direito à educação**, nos termos devidamente justificados da Carta enviada pela Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos – CNAEJA, datada de 15 de março de 2006, subscrita pela profa. Edna Castro de Oliveiras – representante dos Fóruns estaduais e regionais de EJA e demais membros representantes da UNESCO, CONSED, UNDIME, SECAD/MEC, SEB/MEC, CONTAG, CNTE, MST, Segmento Indígena, ONGs, Educação ambiental.